

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/37313</b>	<b>49568/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DF - DFOP - DIVISÃO</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## DESPACHO

**Processo:** 23836/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Fiscalização de operações urbanísticas

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

**Processo:** 23836/2025

**Local:** Rua de Janes, nº 14, 4º (fração G), São José de São Lázaro e São João do Souto

**Assunto:** Consulta a outra UO - Viabilidade e modo de legalização

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/33352 de 16 de Outubro de 2025.

### RESOLUÇÃO

Em conformidade com a informação que antecede, propõe-se a auscultação da DMGT/DU, com vista a aferir a viabilidade e o modo de legalização das desconformidades verificadas no local, para efeitos de instrução das medidas necessárias à reposição da legalidade urbanística, nos termos do artigo 102.º-A do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.

Deverá ser dado conhecimento desta diligência ao interessado, informando-o ainda de que as eventuais infiltrações constituem matéria de foro privado, devendo ser dirimidas entre as partes, se necessário com recurso às entidades competentes, mais os informando que, ao abrigo dos artigos 89.º e 90.º do RJUE, na redação em vigor, os interessados poderão solicitar a realização de vistoria técnica junto deste Município, devendo, para o efeito, dirigir-se ao Balcão Único e proceder ao pagamento da respetiva taxa, de acordo com o previsto na Tabela de Taxas e Licenças Municipais.

Não foi elaborada participação para efeitos contraordenacionais, presumindo-se que tal se deve à existência de fortes indícios de que a obra em apreço foi executada há mais de cinco anos, circunstância que, todavia, deveria ter sido expressamente mencionada na informação da agente fiscalizadora.



Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

